



## **EXAME PRELIMINAR**

**Projeto de Lei nº 21/2023**

**Autoria: Eduardo Albani Dala Costa - MDB**

**Ementa: Dispõe sobre o aproveitamento do material fresado de asfalto e a sua reutilização nas estradas rurais do Município de Pato Branco.**

### **DA SÍNTESE DO PROJETO APRESENTADO**

O Projeto de Lei Ordinária acima especificado, apresentado na data de 10 de março de 2023, pretende estabelecer procedimentos para o aproveitamento de material fresado de asfalto no Município de Pato Branco.

Na justificativa, anexa ao Projeto de Lei, o nobre Edil explicou no que consiste o material fresado de asfalto, sua destinação atual e a condição das estradas rurais do Município.

A impotência do projeto de lei apresentado é flagrante, uma vez que visa a resolver o problema da má conservação das estradas do interior do Município, com baixo impacto financeiro.

### **I. DA COMPETÊNCIA E DA INICIATIVA PARA LEGISLAR**

Quanto à competência para legislar, a mesma, em primeira análise, parece adequada ao ente municipal, tendo em vista o contido no art. 9º da Lei Orgânica Municipal.

Naquilo que concerne à iniciativa, entendo que a mesma mereça análise mais aprofundada, tendo em vista, especialmente, o contido no artigo 2º do projeto de lei.

### **II. DA TÉCNICA LEGISLATIVA E DA REDAÇÃO DO PROJETO**

Quanto à Ementa do Projeto, essa está em conformidade com o disposto pela Lei Complementar Federal nº 95/98.





No artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária consta o objeto da norma, qual seja o modo de aproveitamento do material fresado de asfalto no Município. Nos §§1º e 2º desse artigo, delimitou-se o que se entende por material fresado, bem como o que se considera por via rural, de modo a conferir maior efetividade quando do cumprimento da norma. Estando, portanto, adequados.

Foi observada a exigência da inclusão da cláusula de vigência, a qual está presente no art. 5º do PL.

Mostra-se relevante pontuar, ainda, que a Justificativa do Projeto de Lei se mostra adequada, apresentando o problema a ser resolvido e as possíveis soluções.

**Ainda, em caráter opinativo, merece análise o contido no artigo 2º do PL, notadamente acerca da possível implicação da norma nos contratos licitatórios firmados pelo Município, assim como da existência de imposição de atribuições ao ente executivo.**

**Opina-se pela continuação do trâmite do presente feito.**

**Assevere-se que o Projeto de Lei em exame deverá ser submetido à apreciação técnica das:**

- (i) Comissão de Justiça e Redação (caput, art. 62, RI);**
- (ii) Comissão de Orçamento e Finanças (inciso VII, art. 63, RI).**
- (iii) Comissão de Políticas Públicas (inciso I, art. 64, RI).**

**\*Encaminhado de modo digital pelo SAPL.**

